

AGENDA POLÍTICA SEMANAL

**#SEGUNDOU!
QUAL O CLIMA DA SEMANA?****Equipe Warren Rena**
Análise Política

Apesar do clima de final de ano, Brasília segue em ritmo acelerado, dando sequência aos diversos temas relevantes em pauta desde a última semana.

O Congresso Nacional tem até sexta-feira (22) para aprovar todas as matérias de interesse, tanto do governo como dos parlamentares e presidentes das Casas, antes de se iniciar o recesso parlamentar.

Com esse calendário apertado, a Câmara dos Deputados promoverá sessões deliberativas todos os dias dessa semana. O principal projeto previsto para a agenda econômica na Casa é o PL das Apostas Esportivas, que retorna do Senado Federal com alterações e deve ser apreciado ao longo da semana.

Além disso, o presidente da Câmara, Arthur Lira, quer encaminhar o restante da pauta verde, por ele proposta antes da COP28. Na lista de projetos que podem ser pautados esta semana estão: Mercado de Carbono; Programa de Aceleração da Transição Energética – PATEN; Combustíveis do Futuro (diesel verde, combustível de aviação entre outros).

Já no Senado, a principal expectativa dos próximos dias está sobre a MP das Subvenções. Após acordo construído pelo governo, que possibilitou a aprovação do texto na Comissão Mista e no Plenário da Câmara, a Medida Provisória deve ser apreciada pelo Senado Federal sem alterações de mérito, para que seja levada para a sanção ainda esta semana.

Por fim, as matérias orçamentárias também são prioridade para o Congresso Nacional nos próximos dias. Já aprovado pela Comissão Mista de Orçamento, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024 deve ser colocado para votação em sessão conjunta até quinta-feira (21). Diferentemente da LDO, a Lei Orçamentária Anual de 2024 ainda precisa ser apreciada pela CMO para que possa também ser votada em Sessão do Congresso Nacional esta semana.

SAIBA MAIS**Reforma Tributária**

- Presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, deve convocar para os próximos dias, sessão solene para promulgação da Emenda Constitucional da Reforma Tributária.

Agenda Econômica

SAIBA + ▶

- Entre os principais temas elencados pela equipe econômica como medidas saneadoras da receita, sua maioria deverá ser aprovada até o final deste ano.
- Veja à frente situação atual de todos os projetos.

Educação

- Senado Federal deve votar, essa semana, projeto que institui o programa de poupança para alunos do ensino médio.
- Aguardando sanção está o projeto que libera até R\$ 6 bilhões para essa política, ainda este ano, sem amarras fiscais.
- Câmara também deve apreciar, nos próximos dias, a Reforma do Ensino Médio.
- Projeto vem criando relevante controvérsia entre as bancadas, com racha inclusive na base fiel do governo.

AGENDA DA SEMANA

SAIBA + ▶

- Conheça os eventos da semana.



Para ficar atualizado, resumo dos principais fatos políticos da última semana.



CÂMARA APROVA REFORMA TRIBUTÁRIA. TEXTO VAI À PROMULGAÇÃO.

Após duas semanas de negociações, o relator da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados, Dep. Aguinaldo Ribeiro, apresentou seu parecer com algumas supressões em relação ao texto apreciado pelo Senado Federal.

O acordo possibilitou que a matéria fosse votada sem mudanças no mérito, o que permite a promulgação da Emenda Constitucional ainda este ano e sua entrada em vigor já no exercício de 2024, consideradas às transições previstas no texto.

Veja a frente os principais pontos alterados na Câmara dos Deputados.



MP DAS SUBVENÇÕES AVANÇA NO CONGRESSO E DEVE SER FINALIZADO ESTA SEMANA.

Objeto de barganhas políticas e técnicas, o texto que regulamenta a tributação de subvenções concedidas por estados para empresas em relação à cobrança do ICMS, foi aprovado na Comissão Mista que analisa a Medida Provisória 1185/2023.

A apresentação do texto veio na sequência de algumas concessões e descontos feitos pelo governo para empresas que seriam prejudicadas com a tributação dessas subvenções. Além disso, a liberação de emendas e negociações de cargos, principalmente com senadores, também foi fator decisivo para o encaminhamento da proposta.

Após apreciação na Comissão Mista, o texto foi levado para o plenário da Câmara, onde também foi aprovado na última semana. O próximo e último passo na tramitação é a votação no plenário do Senado Federal, que deve acontecer nos próximos dias.



CONGRESSO ANALISA PRINCIPAIS VETOS ECONÔMICOS DO GOVERNO.

Após meses de adiamento na apreciação de vetos presidenciais, o Congresso Nacional se reuniu na última quinta-feira (14) e apreciou dezenas de itens que trancavam a pauta das sessões conjuntas.

Os principais vetos da agenda econômica apreciados na última semana foram:

- **Arcabouço Fiscal - Mantido** o veto sobre o dispositivo que estabelece que, na hipótese de limitação de empenho e pagamento, as despesas de investimentos, no âmbito do Poder Executivo federal, poderiam ser reduzidas em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das demais despesas discricionárias. **Derrubado** o veto sobre o trecho que define que a LDO não poderá dispor sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- **Carf - Derrubados** vetos que previam o resgate de garantias apenas após o trânsito em julgado das ações e o cancelamento de multas que ultrapassassem 100% dos créditos tributários previstos.
- **Desoneração da Folha - Derrubado** o veto do projeto todo, que prorroga a desoneração da folha de 17 setores até 2027 e prevê uma desoneração escalonada para os municípios, de acordo com seu PIB.
- **Marco Temporal - Derrubados** os vetos sobre dezenas de dispositivos que preveem o marco temporal para demarcação e terras indígenas.



Para ficar atualizado, resumo dos principais fatos políticos da última semana.



CMO APROVA PLDO 2024.

Comissão Mista de Orçamento aprovou o texto apresentado pelo relator, Dep. Danilo Forte, sobre a Lei de Diretrizes Orçamentária de 2024. Prevendo a manutenção da meta de déficit primário zerada para 2024 e o aumento dos valores de emendas parlamentares, o texto segue para análise do plenário do Congresso Nacional.

Deputados e Senadores devem se reunir até quinta-feira (21) para apreciar o texto da PLDO. Caso a CMO avance também na apreciação da Lei Orçamentária Anual de 2024, o projeto pode também ser apreciado esta semana, antes do recesso parlamentar.



PAUTA BOMBA. CÂMARA APROVA EXCETUAÇÃO DE AMARRAS FISCAIS PARA GASTOS COM POUPANÇA PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO.

Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei complementar que excetua das amarras fiscais de 2023 até R\$ 6 bilhões para custeio do novo programa de poupança para alunos no ensino médio.

O projeto, que já havia sido aprovado pelo Senado Federal, chegou a ser considerado desnecessário após a aprovação, pela Câmara, de um PL que previa a criação desse programa com aportes específicos que poderiam ser integralizados apenas em 2024, sem a necessidade de excetuar do teto de gastos de 2023. Entretanto, o governo pressionou para que o PLP fosse também aprovado, a fim de liberar espaço no orçamento do próximo ano, integralizando até R\$ 6 bilhões para o programa ainda em 2023, sem quaisquer amarras fiscais.

O texto, segue para a sanção presidencial.



REFORMA TRIBUTÁRIA.

Veja principais pontos do texto final da Reforma Tributária, aprovado pela Câmara dos Deputados na última semana.

Supressões.

O relator da matéria, Dep. Aguinaldo Ribeiro, retirou de seu parecer seis setores beneficiados por regimes tributários especiais incluídos pelo Senado Federal.

Foram suprimidos os benefícios para os serviços de saneamento básico, concessões de rodovia, transporte aéreo de passageiros, telecomunicações, bens e serviços de economia circular, micro e minigeração distribuída de energia elétrica.

Montadoras.

Um dos principais pontos de negociação na Câmara foi a prorrogação de benefícios para montadoras instaladas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incluída pelo Senado Federal na tramitação da Reforma. O relator manteve esses benefícios em seu texto, porém, o tema foi objeto de destaque.

Os deputados garantiram à possibilidade de adoção de crédito presumido para incentivar a produção de veículos elétricos e flex até 2032, desde que as empresas beneficiadas iniciem a produção desse tipo de veículo até 2028.

Zona Franca.

O relator da PEC suprimiu a criação da Cide-Zona Franca do texto final da proposta, substituindo essa contribuição pelo IPI incidente sobre os produtos produzidos pela região em outros estados. Apesar de a Cide reverter toda a arrecadação para a região amazônica, diferentemente do IPI que é de competência da União, esse foi o meio termo encontrado para que o Senado não barrasse o avanço da proposta.

Ainda restam críticas sobre essa mudança, uma vez que alterou de maneira relevante o mérito da proposta. De toda forma, as Mesas do Congresso Nacional acataram a justificativa do relator de que os ajustes foram redacionais, sem fazer com que a PEC precise retornar para o Senado Federal.

Cesta Básica.

Foi suprimido do texto da Reforma Tributária o conceito da cesta básica estendida, incluído pelo Senado Federal, prevendo uma infinidade de itens e serviços que teriam sistema tributário diferenciado.

Aguinaldo Ribeiro recuperou a redação aprovada na Câmara dos Deputados, que previa uma “Cesta Básica Nacional”, com itens isentos de imposto. Esses itens serão definidos por lei complementar.

Audidores Fiscais.

Por meio de destaque, os deputados aprovaram uma alteração no teto remuneratório dos auditores fiscais municipais e estaduais. Com a nova previsão, esses servidores poderão – a partir de uma definição local – ter um salário equivalente aos ministros do Supremo Tribunal Federal, que é hoje o teto do funcionalismo público. A partir de 2027, os auditores locais poderão ter um salário com vencimento de até R\$ 46.366,19.

Arrecadação dos Estados.

Aguinaldo Ribeiro suprimiu ainda um dispositivo que vinha incentivando os estados a aumentarem a alíquota básica do ICMS antes da entrada em vigor da Reforma Tributária. O dispositivo em questão previa que a arrecadação entre 2024 e 2028 seria utilizada como base para definição da distribuição dos recursos arrecadados pelo novo IBS. Com isso, surgiu um incentivo para medidas de aumento de arrecadação, inclusive aumento de alíquotas.

Armas e munições

A última alteração promovida por destaque no plenário da Câmara diz respeito à incidência do Imposto Seletivo (IS), que tem por objetivo desestimular atividades e bens que são prejudiciais. Foi excluída da incidência desse imposto a indústria de armas e munições para pessoas físicas e jurídicas. No texto aprovado pelo Senado, essa isenção do IS só aconteceria para compra de armamentos por órgãos públicos governamentais.

No vai e vem do Congresso, muitas coisas ficam pra trás, ou parece que ficam. Por isso trazemos nosso monitoramento de prioridades da agenda econômica. Aqui a gente tenta ficar de olho em tudo que é importante: **Onde estão? E mais importante, quando vão voltar?**



Matéria estagnada



Vem perdendo prioridade



Novas movimentações têm aumentado sua chance de ser votada

EXCLUSIVO
PARA
CLIENTES

18 de
dezembro
2023
Brasília, DF

1

PEC Nº 45/19

Reforma Tributária. Após meses de negociações e semana intensa para firmar o acordo de aprovação sem mudanças na Câmara dos Deputados, Congresso Nacional finaliza a apreciação da Reforma Tributária. Com supressões em última etapa de votações, texto final deve ser promulgado nos próximos dias.



2

PL Nº 3626/23

Taxação das apostas esportivas (bets). Texto foi aprovado com mudanças, pelo Senado Federal, e aguarda revisão da Câmara dos Deputados. Com o objetivo de avançar com todas as medidas de aumento de receita, governo trabalha para que matéria seja pautada no plenário ao longo dessa semana.



3

MP 1185/23

Subvenções/ICMS. Após diversos adiamentos da apresentação do relatório do Dep. Luiz Fernando, o texto foi aprovado na Comissão Mista na última semana. O objetivo do presidente da Câmara, Arthur Lira, é incluir a matéria na pauta do plenário da Casa, que se reunirá ao longo de toda a semana para as últimas deliberações do ano.



4

PL Nº 4258/23

JCP. O projeto que trata sobre a revisão do Juros sobre Capital Próprio foi completamente escanteado após a inclusão de provisões sobre o tema na MP das subvenções. Apesar de ter sido um texto desidratado em relação ao interesse inicial do governo, a matéria deve avançar no escopo da Medida Provisória.



5

PL Nº 798/21

Repatriação de bens. Projeto foi aprovado nas Comissões do Senado no final de setembro e encaminhado para a Câmara. Até o momento, o presidente da Casa, Arthur Lira, não deu encaminhamento da proposta. Estima-se que o governo pode arrecadar cerca de R\$ 3bi com a medida.



6

PL Nº 11247/2018

Eólicas Offshore. Proposta de autoria do Senado Federal, foi apreciada pela Câmara com alterações e retorna para revisão da Casa iniciadora. O texto, que regulamenta as eólicas offshore, traz uma previsão de impacto de R\$ 28 bilhões para a CDE. Hoje a aprovação da medida não é prioridade entre os senadores, não devendo entrar na pauta de deliberações da última semana do ano.





Veja em maior detalhe as medidas de aumento de receitas apresentadas na tabela anterior e outros temas em discussão.



1 PERSE

- O governo sancionou a MP que reduz os benefícios do Programa Emergencial de Recuperação do Setor de Eventos (PERSE).
- Segundo o texto sancionado, até 2026, a estimativa de renúncia passa de R\$29 bilhões por ano para R\$ 4,2 bilhões.



2 PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

- Medida provisória assinada ainda no governo anterior foi priorizada no Congresso como mais uma medida de aumento de receita e aguarda sanção do presidente da República.
- A proposta entra em vigor em janeiro de 2024 e visa adequar a legislação sobre os valores cobrados em transferências de bens, serviços e propriedade intangível entre partes relacionadas, como diferentes controladas de uma multinacional.
- A expectativa do Ministério da Fazenda é garantir uma arrecadação anual de R\$ 20 bilhões.



3 REONERAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

- A partir de 1º de julho, os impostos federais (PIS/Confis e Cide) incidentes sobre os combustíveis voltaram a ser cobrados.
- Entrando no rol das ações aumento de receita, a reoneração dos combustíveis, segundo a Fazenda, deve significar uma arrecadação de R\$ 15 bilhões em 2023 e o dobro desse valor em 2024.



4 CARF

- As ações no âmbito do Carf e o retorno do voto de qualidade são uma forma de aumentar as decisões em favor da União. Segundo a equipe econômica, são R\$1,3 trilhões em disputa no órgão.
- O impacto nas arrecadações após as alterações promovidas pela Câmara dos Deputados ainda não estão claras, porém, o governo ainda enxerga como uma vitória a aprovação. A estimativa inicial era de R\$ 59 bilhões em novas receitas.
- Texto foi sancionado pelo Executivo, com vetos em dispositivos que tratam sobre isenções de juros e multas específicos. Os vetos ainda serão apreciados pelo Congresso Nacional



5 TAXAÇÃO DE FUNDOS

- Após idas e vindas sobre a taxação de investimentos no exterior e de fundos especiais, o Congresso Nacional decidiu incorporar os dois temas em um único projeto de lei, enviado pelo Poder Executivo.
- Ao incorporar as duas novas taxações, a expectativa do governo é garantir um aumento de arrecadação na casa dos R\$ 20 bilhões em 2024.
- O texto foi aprovado, na última semana, pelo plenário do Senado, sem alterações.
- Dessa forma, a proposta aguarda sanção presidencial para entrar em vigor.
- Até o momento, existe a expectativa de veto de uma emenda de redação apresentada pelo relator da matéria no Senado Federal, porém, que não afeta o impacto da proposta na arrecadação, nem os novos mecanismos de taxação.



6 APOSTAS VIRTUAIS

- Comissão de Assuntos Econômicos aprova regulamentação das apostas esportivas virtuais.
- De acordo com o Ministério da Fazenda, a expectativa é de pelo menos R\$ 2 bilhões em arrecadação, porém, com progressão anual desse valor.
- O novo parecer altera A alíquota geral cobrada sobre às empresas de apostas esportivas, diminuindo o previsto pela Câmara dos Deputados e podendo afetar a arrecadação prevista pelo governo.
- Após aprovação na CAE, texto segue para análise no plenário do Senado. A votação estava prevista para a última quarta-feira, porém, foi adiada novamente por falta de acordo.
- O projeto deve ser pautado esta semana no plenário, com expectativa de aprovação.
- Por ter sido objeto de alterações, o texto voltará para a Câmara dos Deputados para revisão final.



Veja em maior detalhe as medidas de aumento de receitas apresentadas na tabela anterior e outros temas em discussão.



6 REPATRIAÇÃO DE BENS

- O Senado Federal aprovou o projeto de lei que reabre o prazo de adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT). A proposta, de autoria do presidente da Casa, tem por objetivo incentivar a regularização de bens e valores que não tenham sido declarados aos órgãos públicos.
- A proposta, segundo o governo, tem a capacidade de injetar cerca de R\$ 2 bilhões aos cofres públicos.
- O texto foi aprovado em caráter terminativo pelas comissões do Senado e segue diretamente para a Câmara dos Deputados, onde ainda não existe perspectiva de apreciação.



7 SUBVENÇÕES

- O STJ publicou o acórdão sobre a decisão, finalizando as especulações sobre os efeitos do julgamento.
- Apesar das interpretações de juristas garantiu alguma arrecadação com o programa de autorregularização, que permitiu pagamento dos descontos indevidos pelas empresas, antes mesmo do início das fiscalizações, com diminuição de multas.
- A previsão orçamentária do governo é de um aumento de R\$ 37 bilhões em arrecadação com a não incidência do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins.
- Depois da Medida Provisória, governo encaminhou um Projeto de Lei sobre o mesmo tema para a Câmara.
- Após a definição que a proposta avançaria por meio da Medida Provisória, foi designado o relator, Dep. Luiz Fernando Faria (PSD-MG), que negociou, ao longo das duas últimas semanas, um texto alternativo, que pode reduzir a capacidade arrecadatória em relação à proposta do governo.
- A Comissão Mista o texto na última semana, seguindo diretamente para o plenário da Câmara, onde também foi apreciado pelos deputados.
- O Senado Federal deverá apreciar a proposta nos próximos dias, possibilitando a entrada em vigor da nova legislação ainda este ano.



9 MUDANÇA NO JCP

- Após o crescimento das especulações sobre a revogação ou alteração do Juros sobre Capital Próprio nos últimos meses e certa dúvida sobre sua efetivação, o tema passou a ser objeto de um projeto de lei enviado pelo Poder Executivo na última semana..
- Uma vez concretizada, a medida passa a incluir o pacote de aumento de arrecadação para 2024.
- Segundo estimativas, o governo poderia garantir um aumento de R\$ 10 bilhões na arrecadação de 2024 com o fim do JCP.
- Na última semana o tema foi incluído na MP das Subvenções, de maneira desidratada.



Resumo das medidas previstas pelo governo para garantir o aumento de arrecadação para cumprimento da meta fiscal e zeragem do déficit em 2024.



PROPOSTA	AUTOR	IMPACTO	LOCAL DE TRAMITAÇÃO
Preços de Transferência (MP 1152/23)	Poder Executivo	R\$ 20 bilhões	Convertida em Lei (Lei 14596/23)
Subvenções ICMS	STF	R\$ 58 bilhões*	STF
Reoneração de Combustíveis (MP 1163/23)	Poder Executivo	R\$ 30 bilhões	-
Reoneração do diesel (Lei 14592/23)	Poder Executivo	R\$ 24,1 bilhões	-
Voto de qualidade CARF (PL 2384/23)	Poder Executivo	R\$ 43 bilhões**	Executivo (Sanção ou veto)
Apostas Virtuais (PL 3626/2023)	Poder Executivo	R\$ 2 bilhões***	Senado Federal
Taxação de Offshores e Fundos Especiais (PL 4173/23)	Poder Executivo	R\$ 20 bilhões ****	Câmara dos Deputados
Mudança na JCP (PL 4258/2023)	Poder Executivo	R\$ 10 bilhões	Câmara dos Deputados
Regulamentação Subvenções (MP 1185/2023)	Poder Executivo	R\$ 37 bilhões	Congresso Nacional
Repatriação de bens (PL 798/21)	Sen. Rodrigo Pacheco	R\$ 2 bilhões	Câmara dos Deputados

*Subvenções ICMS

A previsão de R\$ 58 bilhões em arrecadação já consta no Projeto de Lei Orçamentária de 2024, ainda em tramitação no Congresso. Esse valor trata-se da exclusão do ICMS da base de cálculo dos créditos do PIS/Cofins e independe da regulamentação proposta via Medida Provisória.

***Apostas Virtuais

A estimativa do governo é que o mercado de apostas virtuais siga em expansão ao longo do tempo. O valor de R\$ 2 bilhões em arrecadação será inicial, com as operações em funcionamento, porém, espera-se um crescimento progressivo desse montante nos anos seguintes, com a regulamentação das plataformas.

**CARF

A estimativa de arrecadação de R\$ 43 bilhões veio do próprio Ministério da Fazenda, porém, o cálculo não é preciso em relação ao tempo, ou seja, se esse valor será todo revertido em cada ano. A arrecadação depende do andar de processos administrativos dentro do Carf. Além disso, outras medidas no texto aprovado, como a inexistência de juros e multas e negociações anteriores à decisão final do órgão podem afetar esse montante anual positiva ou negativamente.

****Offshores e Fundos Especiais.

Apesar de entrar no rol de medidas de aumento de arrecadação, a taxação de investimentos em offshores não será completamente revertida para a zeragem do déficit primário. O objetivo principal de buscar a aprovação dessa medida é a compensação da nova tabela do IRPF, que passou a isentar os impostos sobre rendas de até R\$ 2112 reais mensais.



Impacto total estimado das propostas: cerca de R\$26 bilhões.

Veja algumas pautas que o Congresso Nacional vem discutindo a revelia do interesse do governo. Apesar de impactantes para a União.

1 PEC dos Ex-territórios

O Senado avançou com a PEC que inclui até 50 mil servidores dos ex-territórios nacionais na conta da União. A proposta pode ter um impacto de R\$ 495 milhões mensal de incremento na folha de pagamentos do governo e R\$ 6,3 bilhões ao ano, o que traria mais dificuldade para o atingimento a meta fiscal para o próximo ano.

O texto foi aprovado no Senado e segue para apreciação da Câmara, onde aguarda despacho para a CCJ, onde será analisada a admissibilidade antes do debate do mérito. Vale lembrar que, na Câmara, o rito de PEC tem pouca margem para ser acelerado de maneira expressiva, fazendo com que o avanço desse tema possa acontecer apenas no final deste ano.

Até o momento, o presidente da Câmara, Arthur Lira, não se pronunciou sobre a PEC. Lembramos que uma vez aprovada nas duas Casas, a PEC não é encaminhada para sanção ou veto do presidente da República.

2 PL Desoneração da Folha

O projeto que prorroga a desoneração da folha para 17 setores da economia com um impacto de cerca de R\$ 9,4 bilhões para a União. O texto incluiu a desoneração escalonada dos tributos previdenciários de prefeituras de acordo com o seu PIB, que pode chegar a ter um impacto entre R\$ 7 e R\$ 9 bilhões. Estimativa total de impacto = cerca de 20bilhões.

O projeto foi vetado pelo presidente da República, porém, sofre grande pressão de parlamentares e representantes dos municípios pela rápida derrubada do veto. Existe pedidos para inclusão do veto em uma possível sessão do Congresso Nacional a ser realizada nesta quinta-feira (14).

3 PLP Simples Nacional

O Senado vem discutindo desde o início desse mês o PLP 188/19 que prevê o recolhimento de tributos por meio do Simples Nacional para micro e pequenas empresas que realizam atividades de locação de imóveis próprios.

A proposta foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado na primeira semana do mês, sem objeção de parlamentares da base do governo, e chegou a ser pautada no plenário da Casa na última semana.

Apesar da intervenção tardia do governo, o projeto foi retirado de pauta, dando um fôlego para o Executivo se articular contra a apreciação do tema, que tem relevante risco de queda de arrecadação para à União. Ainda não existe estimativa clara do impacto orçamentário dessa proposta.

4 Vetos Carf

O Congresso Nacional, apreciou, na última semana, relevantes veto sobre o processo de análise dos processos no Carf, que podem gerar impactos incertos para a União.

O primeiro ponto alterado pelos parlamentares foi a previsão de acesso aos valores dados como garantia em operações após o trânsito em julgado da decisão, o que pode adiar de maneira considerável o acesso aos recursos.

Outro veto derrubado foi em relação ao cancelamento de multas que ultrapassem 100% do valor do crédito tributário apurado. Uma vez reincluída essa previsão no texto, a Fazenda deverá prosseguir com o cancelamento dessas multas, diminuindo a arrecadação da União.

5 PDL 365/Aneel

O projeto de decreto legislativo que susta atos normativos sobre tarifa de transferência da Aneel passa a constar no monitoramento de pautas bombas pelo possível efeito no bônus de outorga devido pela Copel. De acordo com analistas do setor, a manutenção dessas normativas significaria uma redução de R\$ 1,2 bilhão no valor devido a União, o que vem criando mais um incentivo para que a proposta avance no Congresso.



Acompanhe o mapa de temas políticos em discussão e nossa visão sobre o andamento e probabilidade de cada um deles.



POUCO PROVÁVEL

- Aprovação, nos próximos meses, do projeto de lei que revoga a isenção de imposto de importação para compras em varejistas internacionais.
- Avanço da Reforma Administrativa no Congresso Nacional.
- Andamento do novo Marco dos Planos de Saúde na Câmara.
- Aprovação do Projeto que prevê a repatriação de bens do exterior, na Câmara.
- Aprovação do Projeto que destina recursos do RGR para redução da conta de luz dos consumidores da região Norte, nas duas Casas este ano.
- Mudança, em 2023, da meta do déficit primário de 2024.
- Aprovação do PL das Eólicas Offshore.



INDEFINIDO

- Aprovação do novo projeto sobre microgeração de energia elétrica pela Câmara.
- Aprovação da PEC dos Ex-territórios, na Câmara.
- Aprovação do PDL que susta normativos da Aneel sobre tarifas de distribuição, no Senado.
- Criação de uma alíquota de Imposto de Importação para compras internacional de até US\$ 50.
- Federalização da Cemig e Copasa.
- Aprovação da emenda Randolfe, que trata sobre o piso de investimento, na LDO 2024.



PROVÁVEL

- Aprovação do Projeto de Lei sobre apostas esportivas virtuais, na Câmara.
- Aprovação da Medida Provisória que regulamenta as subvenções do ICMS, no Senado.

Disclaimer.

Este relatório de análise foi elaborado pela Warren Investimentos de acordo com todas as exigências previstas na Resolução CVM 20/2021, tem como objetivo fornecer informações que possam auxiliar o investidor a tomar sua própria decisão de investimento, não constituindo qualquer tipo de oferta ou solicitação de compra e/ou venda de qualquer produto.

As informações contidas neste relatório são consideradas válidas na data de sua divulgação e foram obtidas de fontes públicas. A Warren Investimentos não se responsabiliza por qualquer decisão tomada pelo cliente com base no presente relatório.

Este relatório foi elaborado considerando a classificação de risco dos produtos de modo a gerar resultados de alocação para cada perfil de investidor.

O(s) signatário(s) deste relatório declara(m) que as recomendações refletem única e exclusivamente suas análises e opiniões pessoais, que foram produzidas de forma independente, inclusive em relação à Warren Investimentos e que estão sujeitas a modificações sem aviso prévio em decorrência de alterações nas condições de mercado, e que sua(s) remuneração(es) é(são) indiretamente influenciada por receitas provenientes dos negócios e operações financeiras realizadas pela Warren Investimentos.

**Seg 18/12**

Ao longo da semana, Congresso Nacional deve promulgar Emenda Constitucional da Reforma Tributária.

Ao longo da semana, plenário do Senado deve apreciar a MP das Subvenções.

Ao longo da semana, plenário da Câmara deve apreciar PL das Apostas Esportivas.

Ao longo da semana, Comissão Mista de Orçamento deve se reunir para apreciar o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024.

Ter 19/12

Divulgação da ata do Copom, pelo Banco Central.

Qua 20/12

Presidente Lula promove última reunião ministerial do ano.

Divulgação do IBC-Br, pelo Banco Central.

Qui 21/12

Congresso Nacional deve se reunir para apreciar, em plenário, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual de 2024.

Presidente Lula promove café da manhã com jornalistas, no Palácio do Planalto.

Reunião do Conselho Monetário Nacional.

Divulgação do relatório trimestral de inflação, pelo Banco Central.

Sex 22/12

Última dia do ano legislativo.

Divulgação do Índice de Confiança do Consumidor, pela FGV.